



CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho, de uso opcional. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

 **cespeUnB**
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

The aging process affects us all at different rates. Some people of fifty-three, like the esteemed author, look a mere thirty-five, with sparkling brown eyes, a handsome gait and the virility of a steam train. Others, like the author's friend Colin, look like little middle-aged men at twenty-one with middle-aged outlooks of set ways and planned futures. In women the former condition is common but women rarely suffer from the latter, being fired with the insatiable drive of ambition for either an independent and distinguished career in a still male-dominated world, or a home and seven children by the time they are thirty followed by an independent and distinguished career as a Cheltenham councillor or a public relations agent for Jonathan Cape, in later life.

No such luck for Charles Charlesworth, who was born on the 14th of March, 1829, in Stafford. At the age of four Charles had a beard and was sexually active.

In the final three years of his life his skin wrinkled, he developed varicose veins, shortness of breath, grey hair, senile dementia and incontinence. Some time in his seventh year he fainted and never gained consciousness.

The coroner returned a verdict of natural causes due to old age.

Hugh Cory. *Advanced writing with english in use*. Oxford University Press, p. 34.

According to the text above,

- 1 it is rather common for women to look older than they really are.
- 2 women around 30 have had distinguished careers in spite of living in a male-dominated world.
- 3 Colin looks and behaves as if he were much older than he actually is.

1 The head of the National Security Agency defended his beleaguered organization, saying it acts within the law to stop militant attacks and calling reports that the NSA collected
4 data on millions of phone calls in Europe false.

The intelligence chiefs appeared against a backdrop of angry accusations by European allies that the United States
7 spies on their leaders and citizens, accusations prompted by highly classified documents that Snowden leaked to media organizations.

10 Army General Keith Alexander, testifying with other U.S. spy chiefs before the House of Representatives Intelligence committee, sought to defuse a growing controversy
13 over reports of NSA snooping on citizens and leaders of major U.S. allies.

The hearing took place as Congress is weighing new
16 legislative proposals that could limit some of the NSA's more expansive electronic intelligence collection programs.

19 More than any previous disclosures from the Snowden documents, the reports of spying on close U.S. allies have forced the White House to promise reforms and even
22 acknowledge that America's electronic surveillance may have gone too far.

Internet: <www.reuters.com> (adapted).

Judge the following items according to the text above.

- 4 European representatives have shown anger at reports that the U.S. has conducted surveillance of allies' telephone calls.
- 5 Given the increasing threat of terrorist attacks in Europe and in the U.S., there must be no limits over the surveillance powers governments have.
- 6 The word "beleaguered" (l.2) is synonymous with **besieged**.

Acerca de sistema operacional e do ambiente Microsoft Office 2010, julgue os itens a seguir.

- 7 A fim de evitar incompatibilidades no uso do sistema, não é permitida a instalação de diferentes sistemas operacionais em um computador que possui dois discos rígidos ou um único disco dividido em partições.
- 8 No Word 2010, as informações de um documento podem ser protegidas/desprotegidas, por meio de senha, de modo a restringir/permitir a determinados usuários os processos de formatação e de edição do texto. Por meio dessa opção, é possível atribuir funções específicas apenas aos usuários aos quais foi concedida permissão.
- 9 Antes de iniciar um processo de revisão de um texto no Word 2010, para que o trecho apagado ou alterado seja destacado no texto, deve-se marcar a opção Controlar Alterações, no menu Revisão.

Julgue os próximos itens, no que se refere a ferramentas e aplicativos de Internet e a noções básicas de segurança da informação.

- 10 Por meio de um *token* protegido por senha, com chaves e certificados digitais, pode-se garantir a integridade do conteúdo de um documento eletrônico.
- 11 Um *firewall* permite detectar e bloquear acessos a anexos de *emails* suspeitos, bem como detectar e desativar vírus que contaminaram um computador ou uma rede.
- 12 Assinaturas digitais são recursos que substituem a biometria e garantem que o documento possa conter uma imagem com assinatura gráfica ou rubrica do remetente.

Acerca do Estado federal brasileiro, tendo como referência a Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

- 13 A CF atribui ao Distrito Federal competências legislativas reservadas aos estados e aos municípios, como, por exemplo, a de organizar seu Ministério Público.
- 14 Dada a subordinação dos entes federados à força normativa da CF, seu preâmbulo deve ser obrigatoriamente reproduzido nas constituições estaduais.
- 15 A norma constitucional consistente na obrigatoriedade de repasse, pela União, de 10% da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados aos estados e ao Distrito Federal objetiva a preservação da autonomia estadual e distrital.

Julgue os itens subsecutivos, no que se refere ao Supremo Tribunal Federal (STF), a sua relação com os demais poderes republicanos e à organização do Poder Judiciário brasileiro.

- 16 Cabe ação direta de inconstitucionalidade contra resolução do Senado Federal que, ao suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF, extrapole os limites da decisão a que faz referência.
- 17 Compete originariamente ao STF julgar as ações propostas contra o Conselho Nacional do Ministério Público.

No que se refere à administração pública e às normas constitucionais que disciplinam o regime jurídico dos servidores públicos, julgue os itens seguintes.

- 18 Tendo a CF assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório nos processos administrativos disciplinares, o STF considera que a ausência de defesa técnica realizada por advogado gera nulidade desse tipo de processo.
- 19 Considere que determinado ente da administração indireta do qual Pedro é servidor tenha concedido, contrariamente à legislação, benefícios salariais a um grupo de servidores. Nessa situação, dados o princípio da isonomia e o respeito ao direito adquirido, Pedro fará jus aos mesmos benefícios se provar que executa função similar àquela desempenhada pelo referido grupo de servidores.
- 20 De acordo com a CF, os vencimentos percebidos pelos ocupantes de cargos do Poder Judiciário não poderão ser superiores àqueles percebidos pelos ocupantes de cargos do Poder Executivo.
- 21 A declaração de desnecessidade de cargo público, derivada de juízo de oportunidade e conveniência da administração pública, deve ser realizada mediante lei ordinária específica.

Julgue os itens subsequentes, com relação aos direitos e garantias fundamentais, aos remédios constitucionais e à aplicabilidade das normas constitucionais.

- 22 Considere que determinada associação legalmente constituída há sete anos impetire mandado de segurança coletivo pretendendo proteger os interesses de todos os seus associados contra ato ilícito de autoridade pública. Nessa situação, de acordo com a jurisprudência do STF, ainda que a associação tenha legitimidade ativa para propor o mandado de segurança, sem autorização expressa de todos os associados, é imprescindível que a petição inicial contenha relação nominal de todos os associados ali representados.
- 23 De acordo com o STF, o *habeas data* não pode ser utilizado para garantir o conhecimento de informações concernentes a terceiros.
- 24 Considerando-se que o art. 5.º da CF prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, é correto afirmar que aos estrangeiros não residentes no Brasil não se garantem esses direitos.

Julgue os itens que se seguem, relativos à organização da administração pública.

- 25 A descentralização política ocorre sempre que pessoas jurídicas de direito público concorrem com competências políticas, com soberania ou autonomia para legislar, ditar seus propósitos e governar, havendo deslocamento e distribuição entre entes políticos, o que é feito pela Constituição Federal.
- 26 A descentralização administrativa ocorre quando as atribuições que os entes descentralizados exercem têm o valor jurídico que lhes empresta o ente central e decorrem desse ente. Nessa situação, o que existe é a criação de entes personalizados, com o poder de autoadministração, capacidade de gerir os próprios negócios, mas com subordinação a leis e a regras impostas pelo ente central.
- 27 Segundo o entendimento do STJ, a câmara municipal não possui personalidade jurídica, mas apenas personalidade judiciária, de modo que somente pode demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais, entendidos estes como sendo os relacionados ao funcionamento, à autonomia e à independência do órgão.
- 28 Conforme o entendimento do STJ, caso um cidadão transite com seu carro em rodovia de responsabilidade de uma autarquia e, devido à ausência de conservação dessa via, ele sofra um acidente, o Estado responderá solidariamente pelos danos causados.

Acerca do processo administrativo, julgue os itens seguintes.

- 29 Considere a seguinte situação hipotética.
Por sentir-se prejudicado por ato administrativo de um ente da administração indireta que violou enunciado de súmula vinculante, João, servidor público, apresentou reclamação diretamente ao STF.
Nessa situação hipotética, caso seja provida a reclamação, o referido ente deverá adequar suas futuras decisões em casos semelhantes, sob pena de responsabilidade pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.
- 30 Nos processos administrativos, devem ser observados, entre outros, os requisitos de proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei; impulsão de ofício do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados; aplicação retroativa da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige.

Julgue os itens que se seguem, referentes aos poderes administrativos.

- 31 Pode-se renunciar à competência para a prática de ato administrativo por meio da delegação, que pode ser horizontal — em relação de mesmo nível hierárquico — ou vertical — em relação de subordinação hierárquica.
- 32 A avocação é medida excepcional e só pode ser praticada diante de permissivo legal.
- 33 Considere a seguinte situação hipotética.
Carlos fez uma ligação direta de energia elétrica em sua residência, fraudando o controle e a cobrança do referido serviço por companhia elétrica da iniciativa privada que exerce essa função pública delegada. Ao detectar a fraude, a companhia elétrica cortou o fornecimento de energia elétrica e multou o Carlos.
Nessa situação hipotética, considerando-se exclusivamente o direito administrativo, a empresa agiu no legítimo exercício do poder de polícia mediante delegação.

Acerca dos poderes administrativos, julgue o próximo item.

- 34 Ainda que as sanções decorrentes do poder disciplinar tenham caráter administrativo, a administração pública deve assegurar ao servidor acusado, na apuração e aplicação de punições funcionais, o contraditório e a ampla defesa.

Julgue os itens a seguir, a respeito do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 8.112/1990.

- 35 A vacância decorre, entre outros fatos, da ascensão e da transferência.
- 36 Submetem-se ao referido regime jurídico apenas os servidores civis ocupantes de cargos na administração direta federal, aí incluídos os servidores do Ministério Público da União, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União.

Cada um dos itens de 39 a 41 apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz do Código de Ética dos servidores do STF.

- 37 Ana, exercente do cargo de analista judiciário do STF, prima de Arnaldo, servidor do mesmo tribunal, assumiu função de chefia do setor de lotação de Arnaldo. Nessa situação, Arnaldo não poderá ser mantido sob subordinação hierárquica de Ana.
- 38 Caio, detentor de cargo efetivo na alta administração do STF, é acionista de 10% de determinada sociedade empresária. Nessa situação, a referida sociedade empresária estará impedida eticamente de negociar com o poder público enquanto Caio ocupar cargo naquela Corte.
- 39 Rodrigo, que é integrante da Comissão de Ética do STF, cometeu transgressão disciplinar e, por isso, responde a processo administrativo. Nessa situação, Rodrigo deverá permanecer suspenso das atividades da comissão enquanto durar a tramitação do processo, devendo dela ser excluído se for responsabilizado.

Cada um dos itens subsequentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na Lei de Acesso à Informação.

- 40 Carlos, cidadão comum, requereu ao STF informação pessoal, relativa à intimidade e à vida privada de alguém. Nessa situação, o acesso à informação deverá ser negado a Carlos, pois ela é classificada como restrita pelo prazo de cem anos, independentemente de ter classificação sigilosa.
- 41 Oscar, ex-servidor do STF, requereu ao STF cópia de alguns documentos relacionados ao seu vínculo de trabalho com aquele tribunal. Nessa situação, o tribunal poderá cobrar o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados, sem que tal cobrança descaracterize a gratuidade do serviço de busca e fornecimento da informação.
- 42 Determinada entidade privada requereu informação de interesse público ao STF. Nessa situação, caso seja negado o acesso à informação solicitada tal decisão deverá ser informada ao Conselho Nacional de Justiça.
- 43 Caso Patrícia, detentora de informações em virtude de vínculo com o poder público, deixe de observar o que dispõe a LAI, a ela poderão ser aplicadas, cumulativamente, as sanções de suspensão temporária de participar em licitação com a administração pública e multa.

Acerca do Regimento Interno do STF, julgue os itens a seguir.

- 44 Considere que, após o julgamento de determinada ação pelo pleno do STF, os advogados das partes, ainda nas dependências do tribunal, tenham trocado ofensas e agressões físicas que resultaram em uma série de lesões corporais recíprocas. Nessa situação hipotética, o presidente do tribunal deverá, de forma necessária e indelegável, instaurar inquérito a fim de apurar o ilícito cometido.
- 45 Se o Presidente do STF pretender modificar disposições do Regimento Interno da Corte, por considerá-las desatualizadas, poderá fazê-lo por meio de Ato Regimental.
- 46 As partes têm direito a oferecer reclamação ao presidente do STF com o objetivo de retificar ata lavrada pelo pleno do tribunal. Uma vez recebida tal petição, suspender-se-ão os eventuais prazos recursais.
- 47 Qualquer ministro do STF pode propor a revisão da jurisprudência compendiada em súmula do tribunal.

Ainda no que tange ao Regimento Interno do STF, julgue os itens subsequentes.

- 48 Maria, autora de determinada ação que tramita perante o STF, deverá antecipar o pagamento do respectivo preparo, porquanto não é contemplada por nenhuma das causas legais de isenção. O preparo, neste caso, compreende o recolhimento de custas e das despesas de todos os atos do processo.
- 49 O interrogatório de uma ré em ação penal de competência originária do STF será, necessariamente, gravado e, depois de transcrito, assinado pelo ministro relator e pela acusada.
- 50 Considere que, após dois anos da aprovação de determinada súmula vinculante pelo STF, o procurador geral da República proponha provocar seu cancelamento. Nessa situação, a secretaria judiciária deve autuar a proposta e remetê-la à apreciação do presidente do tribunal. Uma vez atendidos os requisitos formais, a secretaria publicará edital do sítio do tribunal e no *Diário da Justiça Eletrônico* a fim de dar ciência e permitir manifestação de interessados no prazo devido.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1 Do ponto de vista institucional, o Estado liberal e
 (posteriormente) democrático, que se instaurou
 progressivamente ao longo de todo o arco do século passado,
 4 caracterizou-se por um processo de acolhimento e
 regulamentação das várias exigências provenientes da
 burguesia em ascensão, no sentido de conter e delimitar o
 7 poder tradicional. Dado que tais exigências tinham sido feitas
 em nome ou sob a espécie do direito à resistência ou à
 revolução, o processo que deu lugar ao Estado liberal e
 democrático pode ser corretamente chamado de processo de
 10 “constitucionalização” do direito de resistência e de revolução.
 Os institutos por meio dos quais se obteve esse resultado
 13 podem ser diferenciados com base nos dois modos tradicionais
 mediante os quais se supunha que ocorresse a degeneração do
 poder: o abuso no exercício do poder (*tyrannus quoad*
 16 *exercitium*) e o déficit de legitimação (o *tyrannus absque*
titulo). Essa diferença pode tornar-se ainda mais clara se
 recorreremos à distinção entre dois conceitos (que,
 habitualmente, não são devidamente distinguidos): o de
 19 legalidade e o de legitimidade.

A constitucionalização dos remédios contra o abuso
 22 do poder ocorreu por meio de dois institutos típicos: o da
 separação dos poderes e o da subordinação de todo poder
 estatal (e, no limite, também do poder dos próprios órgãos
 25 legislativos) ao direito (o chamado “constitucionalismo”).
 O segundo processo foi o que deu lugar à figura —
 verdadeiramente dominante em todas as teorias políticas do
 28 século passado — do Estado de direito, ou seja, do Estado em
 que todo poder é exercido no âmbito de regras jurídicas
 que delimitam sua competência e orientam (ainda que,
 frequentemente, com certa margem de discricionariedade) suas
 31 decisões. Ele corresponde ao processo de transformação do
 poder tradicional, fundado em relações pessoais e patrimoniais,
 34 em um poder legal e racional, essencialmente impessoal.

Também com relação às exigências que visavam a dar
 alguma garantia contra as várias formas de usurpação do poder
 legítimo — ou, como se diria hoje, contra a sua deslegitimação
 37 —, parece-me que a maioria dos remédios pode ser
 compreendida nos dois principais institutos que caracterizam
 40 a concepção democrática do Estado (os dois remédios
 anteriores, os relativos ao abuso de poder, são mais
 característicos da concepção liberal). O primeiro é a
 43 constitucionalização da oposição, que permite (isto é, torna
 lícita) a formação de um poder alternativo, ainda que nos
 limites das chamadas regras do jogo. O segundo é a investidura
 46 popular dos governantes e a verificação periódica dessa
 investidura por parte do povo. O instituto do sufrágio universal
 pode ser considerado o meio de constitucionalização do poder
 49 do povo de derrubar os governantes, embora também aqui nos
 limites de regras preestabelecidas.

Norberto Bobbio. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004 (com adaptações).

Em relação às estruturas linguísticas e às ideias do texto acima e aos múltiplos aspectos a ele relacionados, julgue os itens de 51 a 56.

- 51 No Brasil, constitui exemplo de “poder do povo de derrubar os governantes” (l.48-49), ou seja, de um direito constitucionalizado, a chamada Revolução de 1964, momento histórico em que a oposição, representada pelos militares, destituiu João Goulart do poder.
- 52 A preposição “a” empregada logo após a forma verbal “visavam” (l.35) poderia ser suprimida, sem prejuízo da correção gramatical do texto.
- 53 Infere-se do texto que a “constitucionalização” dos direitos de resistência e de revolução” (l.11) está vinculada à ascensão da burguesia ao poder, processo ele mesmo associado à revolução.
- 54 O emprego do acento gráfico em “remédios” pode ser justificado com base em duas regras distintas de acentuação.
- 55 No trecho “o que deu lugar à figura” (l.26), a partícula “o” classifica-se como pronome demonstrativo e exerce a função de sujeito da oração subordinada adjetiva.
- 56 Haveria prejuízo do sentido original do texto, ainda que sua correção gramatical fosse mantida, caso o trecho “Ele corresponde ao processo de transformação do poder tradicional” (l.32-33) fosse substituído por: A ele corresponde o processo de transformação do poder tradicional.

Cada um dos itens a seguir apresenta um trecho de texto adaptado da internet — <<http://agenciabrasil.ebc.com.br>>, devendo ser julgado certo caso esteja gramaticalmente correto, ou errado, caso contrário.

- 57 O trabalho que resultou da “Constituição Cidadã” começou muito antes da Assembleia Constituinte e o fim da ditadura. A luta para acabar com o chamado “entulho autoritário” ganhou força com a derrota da Emenda das Diretas-Já, ou Emenda Dante de Oliveira, rejeitada no dia 25 de abril de 1984 por faltar 22 votos.
- 58 Com a derrota na votação que instituiria o voto direto para presidente da República, líderes políticos, como Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Luiz Inácio Lula da Silva, Miguel Arraes e Fernando Henrique Cardoso, percorreram o Brasil para tentar unir a sociedade em torno do ideal de pôr um fim ao regime autoritário, que já durava duas décadas e impunha a restrição de vários direitos.
- 59 Em 1988, os constituintes aprovaram mecanismos para facilitar a aprovação do texto da Constituição. Temas importantes, mas que dividiam a Constituinte, que não continham a garantia de votos necessários para aprovação, como o direito de greve e as questões indígenas, por exemplo, deixou-se para depois. Foi criado, então, a figura da regulamentação. Ao todo 369 artigos e incisos promulgados passaram a depender de outra lei para que passassem a vigorar.
- 60 “Declaro promulgado o documento da liberdade, da democracia e da justiça social do Brasil”, disse, há 25 anos, o então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, ao promulgar a nova Constituição Federal, em vigor até hoje. O Brasil rompia de vez com a Constituição de 1967, elaborada durante o regime militar que vigorou no país de 1964 até 1985.

1 Era uma bela manhã de agosto.

Havia três dias que meu processo tinha começado, três dias que meu nome e meu crime congregavam a cada manhã uma multidão de espectadores, que se lançavam nos bancos da sala de audiência como corvos em torno de um cadáver, três dias em que toda essa fantasmagoria de juizes, testemunhas, advogados, procuradores do rei passava e repassava na minha frente, ora grotesca, ora sanguinolenta, sempre sombria e fatal. Nas duas primeiras noites de inquietação e de terror, não consegui dormir; na terceira, adormeci de enfado e cansaço. Levaram-me de volta à palha do meu calabouço, e eu caí imediatamente num sono profundo, num sono de esquecimento. Eram as primeiras horas de descanso depois de vários dias.

Estava no mais profundo desse profundo sono quando vieram me acordar. (...)

Os dois gendarmes esperavam-me à porta da cela. Colocaram-me as algemas. Havia uma pequena tranca complicada, que eles fecharam com cuidado. Eu me deixava levar: era uma máquina em uma máquina. (...)

Subimos uma escada em caracol; passamos por um corredor, depois um outro e mais um terceiro; em seguida, uma porta se abriu. Um ar quente, misturado com o barulho, golpeou-me a face; era o sopro da multidão na sala do tribunal. Entrei.

Victor Hugo. *O último dia de um condenado*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

No que se refere às estruturas linguísticas do texto acima e às ideias nele desenvolvidas, julgue os próximos itens.

- 61 Subentende-se estar a forma verbal **havia** elíptica antes da expressão “três dias”, tanto na primeira ocorrência (ℓ.2-3) quanto na segunda (ℓ.5-6).
- 62 A posição do adjetivo em relação ao substantivo, em “sono profundo” (ℓ.12) e em “profundo sono” (ℓ.14), está associada a diferentes interpretações, como ocorre com **homem grande** e **grande homem**.
- 63 O emprego da partícula “se”, no trecho “em seguida, uma porta se abriu” (ℓ.21-22), está associado a duas interpretações distintas: à de que alguém abriu a porta, relacionada a uma ação deliberada, e à de que a porta abriu em decorrência de um evento não intencional.
- 64 A expressão “era uma máquina em uma máquina” (ℓ.19) descreve o estado de espírito do personagem diante do funcionamento do tribunal que o julga.
- 65 Conclui-se do emprego dos tempos verbais que os acontecimentos são narrados no quarto dia do julgamento daquele que os narra.

Texto para os itens de 66 a 75

1 Durante o século passado, a doutrina da tábula rasa norteou os trabalhos de boa parte das ciências sociais e humanidades. Uma longa e crescente lista de conceitos que pareceriam naturais ao modo de pensar humano (emoções, parentesco, sexo, doença, natureza, mundo) passou a ser vista como *inventada* ou *socialmente construída*.

7 A tábula rasa frequentemente anda em companhia de duas outras doutrinas que também alcançaram *status* sagrado na vida intelectual moderna.

10 Uma dessas doutrinas é geralmente atribuída a Descartes (1596-1650). Para ele, existe uma grande diferença entre mente e corpo, porquanto o corpo é, por natureza, sempre divisível, e a mente, inteiramente indivisível. Ele contestou Thomas Hobbes (1588-1617), que dizia que a mente podia operar segundo princípios físicos, e argumentou que, ao contrário, o comportamento, especialmente a fala, não era causado por nada, e sim, livremente escolhido. Um nome memorável para a doutrina defendida por Descartes foi dado três séculos depois pelo filósofo Gilbert Ryle (1900-1976), que a considerava a teoria “oficial”, *o dogma do fantasma da máquina*, segundo a qual o corpo e a mente estão atrelados, e, enquanto o corpo está sujeito a leis mecânicas, a mente não existe no espaço nem suas operações estão sujeitas a leis mecânicas.

25 A outra teoria que acompanha a tábula rasa é comumente atribuída ao filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), embora, na verdade, provenha de John Dryden, em peça publicada em 1670:

*Sou tão livre quanto o primeiro homem da Natureza,
Antes de começarem as ignóbeis leis da servidão,
Quando o nobre selvagem corria solto nas florestas.*

31 O conceito do bom selvagem capta a crença de que os seres humanos, em seu estado natural, são altruístas, pacíficos e serenos, portanto males como a ganância, a ansiedade e a violência são produtos da civilização.

34 Segundo Rousseau, muitos autores se precipitaram ao concluir que o homem é naturalmente cruel e requer um sistema de polícia regular, para regenerar-se. Cita, por exemplo, Thomas Hobbes, segundo o qual está evidente que, durante o tempo em que vivem sem um poder comum que os mantenha em temor reverencial, os homens encontram-se naquela condição denominada guerra; e essa é de cada homem contra cada homem. Hobbes acreditava que as pessoas somente poderiam escapar dessa existência infernal se entregassem sua autonomia a uma pessoa ou assembleia soberana, um *leviatã*.

46 Muito depende de qual desses antropólogos de gabinete está correto. Se considerarmos que as pessoas são bons selvagens, um *leviatã* dominador é desnecessário. De fato, ao forçar as pessoas a descrever a propriedade privada para que ela seja reconhecida pelo *leviatã*, este cria a própria cobiça e beligerância para cujo controle foi concebido. Se, em contraste, as pessoas são naturalmente perversas, o melhor que podemos esperar é uma trégua precária, mantida graças à polícia e ao exército. As duas teorias também têm, por conseguinte, implicações para a vida privada.

Steven Pinker. *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 24-8 (com adaptações).

Considerando as ideias apresentadas no texto, julgue os itens subsecutivos.

66 Segundo o texto, a doutrina da tábula rasa tem influenciado a vida intelectual moderna a tal ponto que conceitos que pareceriam naturais ao modo de pensar humano passaram a ser vistos como inventados, ou socialmente construídos, como, por exemplo, as ideias de que os seres humanos, em seu estado natural, são pacíficos e serenos e têm uma mente indivisível, também controlada, como o corpo, por leis físicas.

67 Entre as ideias que fundamentam a doutrina da tábula rasa, destaca-se a concepção de que as faculdades de querer, sentir, conceber, entre outras, são partes da mente humana.

68 Gilbert Ryle foi contestado pelos demais pensadores mencionados no texto nas bases da doutrina da tábula rasa, por acreditar que tanto o corpo quanto a mente estavam sujeitos às leis físicas.

Com base no conteúdo e nos elementos estruturais, de coesão e de coerência do texto, julgue os itens a seguir.

69 O emprego do elemento referencial “a qual” (ℓ.21) evita a repetição viciosa da palavra “*máquina*”.

70 Em “nem suas operações estão sujeitas a leis mecânicas” (ℓ.23-24), o núcleo do complemento do vocábulo “sujeitas” poderia estar precedido de artigo (**às leis**), sem prejuízo para a correção gramatical e as informações do texto.

71 Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, o período que se inicia na linha 38 poderia ser reescrito da seguinte forma: Rousseau cita, por exemplo, Thomas Hobbes, que dava como evidente que os homens vivem em guerra, homem contra homem, quando ficam sem um poder comum que os mantenha em temor reverencial.

72 Em “este cria a própria cobiça e beligerância para cujo controle foi concebido” (ℓ.50-51), o emprego de “para” como elemento coesivo é estilístico; portanto, caso essa preposição fosse excluída, o texto se tornaria mais conciso, e as relações de sentido originais seriam mantidas.

73 No último parágrafo do texto, são apresentadas duas linhas argumentativas, que, iniciadas pelo marcador de condição “Se”, na linha 47 e na 51, expressam pontos de vista teóricos opostos surgidos no desenvolvimento da doutrina hoje conhecida como a do bom selvagem.

74 Em parágrafos com mais de um período, é no período inicial que se apresenta o assunto a ser desenvolvido, de forma que, se forem agrupados os primeiros ou o único período de cada parágrafo, na ordem em que aparecem no texto, será obtido, grosso modo, um panorama de sua estrutura argumentativa.

75 O elemento coesivo “porquanto” (ℓ.12) conecta duas orações, indicando que a ideia expressa na segunda oração é uma conclusão obtida a partir da ideia expressa na primeira.

1 O direito à informação da faculdade de manter-se
silente ganhou dignidade constitucional, porque instrumento
institucional da eficácia real da vetusta garantia contra a
4 autoincriminação, que a persistência planetária dos abusos
policiais não deixa perder atualidade. Em princípio, em vez de
constituir desprezível irregularidade, a omissão do dever de
7 informar ao preso os seus direitos, no momento adequado, gera
efetivamente a nulidade e impõe a desconsideração de todas as
informações incriminatórias anteriormente obtidas, assim como
10 das provas delas derivadas. Mas, em matéria de direito ao
silêncio e à informação oportuna dele, a apuração do gravame
há de fazer-se a partir do comportamento do réu e da
13 orientação de sua defesa no processo.

Internet: <www.stf.jus.br> (com adaptações).

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os próximos itens.

76 Infere-se dos sentidos do texto que o vocábulo “gravame” (ℓ.11) está empregado no sentido de **ônus ou encargo que incide sobre um bem material**.

77 Dada a definição do princípio da não autoincriminação como o direito de o acusado não produzir provas contra si próprio em processo penal, é correto afirmar que o emprego da vírgula imediatamente após “autoincriminação” (ℓ.4) é obrigatório.

78 O emprego do pronome “dele” imediatamente após “oportuna” (ℓ.11) prejudica a clareza do texto, dada a ambiguidade relativa ao referente desse pronome.

1 A Constituição Federal assegura aos presos o direito
ao silêncio (inciso LXIII do art. 5.º). Nessa mesma linha de
orientação, o Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e
4 Políticos (Pacto de São José da Costa Rica) institucionaliza o
princípio da não autoincriminação. Esse direito subjetivo de
não se autoincriminar constitui uma das mais eminentes formas
7 de densificação da garantia do devido processo penal e do
direito à presunção de não culpabilidade (inciso LVII do art.
5.º da CF). O processo penal é o espaço de atuação apropriada
10 para o órgão de acusação demonstrar, por modo robusto, a
autoria e a materialidade do delito. Esse órgão não se pode
esquivar da incumbência de fazer da instrução criminal a sua
13 oportunidade de produzir material probatório substancialmente
sólido em termos de comprovação da existência de fato típico
e ilícito, além da culpabilidade do acusado.

Internet: <www.stf.jus.br> (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens seguintes.

79 O trecho “inciso LVII do art. 5.º da CF” poderia ser corretamente substituído por **art. 5.º, inciso LVII da CF**.

80 Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, o pronome “se”, em “não se pode esquivar” (ℓ.11-12), poderia ser deslocado para imediatamente após a forma verbal “esquivar”, escrevendo-se **não esquivar-se**.

81 A correção gramatical e a clareza do texto seriam prejudicadas caso, no trecho “garantia do devido processo penal e do direito à presunção de não culpabilidade”(ℓ.7-8), a partícula “do”, em ambas as ocorrências, fosse substituída por **ao**.

1 Em caso de antecipação da audiência, o juiz, de ofício
ou a requerimento da parte, deve mandar intimar pessoalmente
os advogados para ciência da nova designação (CPC, art. 242,
4 § 2.º), sendo ineficaz a intimação feita exclusivamente pelo
Diário da Justiça do DF, se comprovado prejuízo para a parte.
Verificada a ausência de intimação da parte ré para audiência
7 de instrução e julgamento que teve sua data antecipada,
impõe-se a anulação da sentença que a condenou, por não se
desobrigar de comprovar o fato extintivo ou modificativo do
10 direito reclamado pelo autor, determinando-se a devolução dos
autos ao juizado de origem, para regular tramitação do feito.

Internet: <<http://tj-df.jusbrasil.com.br>> (com adaptações).

No que concerne aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 82 A forma verbal “sendo” (ℓ.4), que inicia uma oração causal, poderia ser corretamente substituída por **eis que** ou **vez que**, sem prejuízo do sentido original do texto.
- 83 Para se garantir o grau de formalidade adequado a textos jurídicos e a correção gramatical do texto, o trecho “que teve sua data antecipada” (ℓ.7), exemplo de construção comum na variedade coloquial da língua portuguesa; deveria ser substituído por **cuja data foi antecipada**.
- 84 Mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do período, o vocábulo “autos” (ℓ.11), por ser, no texto, sinônimo de processo judicial, poderia ser flexionado no singular, assim como o artigo em “dos” (ℓ.10).
- 85 No texto, os termos “ofício”(ℓ.1) e “requerimento da parte” (ℓ.2) referem-se a documentos utilizados no âmbito judicial.

1 Desde que os revolucionários franceses, a partir de
1789, passaram a proclamar, aos quatro ventos, sua Declaração
dos Direitos do Homem e do Cidadão, a ideia de “direitos
4 humanos”, malgrado contramarchas, só ganhou
respeitabilidade, a ponto de hoje desfrutar de quase
unanimidade mundial — o que, com certeza, nada nos informa
7 quanto ao modo como, em cada canto deste vasto mundo, essa
teoria faz seu salto para a prática, ou mesmo quanto ao que
significa, na prática, esse salto. Talvez não tenha havido
10 opressor nos últimos duzentos anos, ao menos no Ocidente, que
não tivesse, em algum momento, lançado mão da linguagem
dos direitos humanos.

13 Por que tem sido tão fácil falar em direitos humanos,
por que essa expressão tornou-se assim maleável, complacente
e moldável, a ponto de a vermos pronunciada, sem rubor, pelos
16 mais inesperados personagens? O que significa ela exatamente?
Ou melhor, ela ainda conserva um significado?

José Damião de Lima Trindade. *História social dos direitos humanos*. São Paulo: Peirópolis, 2002, p. 15-6 (com adaptações).

Com relação ao texto acima, julgue os itens de 86 a 89.

- 86 Manteria a correção gramatical e os sentidos do texto a seguinte reescrita do trecho “a ideia (...) unanimidade mundial” (ℓ.3-6): o respeito à noção de direitos humanos seguiu crescendo e, embora tenha enfrentado retrocessos a ponto de desfrutar, no presente, aceitabilidade global.
- 87 O emprego do pronome possessivo “sua” (ℓ.2) marca a ligação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão com a França e reforça, conseqüentemente, o contraste com a ideia de universalismo registrada no texto por elementos como “humanos”, “mundial” e “em cada canto deste vasto mundo”.

88 O elemento coesivo “o que” (ℓ.6) recupera a ideia da expressão “quase unanimidade mundial” (ℓ.5-6) e poderia ser substituído por **a qual**, sem prejuízo para a correção gramatical do texto.

89 A palavra “assim” (ℓ.14) indica a conclusão do raciocínio iniciado no primeiro parágrafo e, por isso, sua substituição pela conjunção **portanto** manteria a correção gramatical e as relações de sentido do texto.

1 A Modernidade, para designar o período histórico
pós-renascentista, é a expressão do próprio espírito de um
tempo ansioso pela superação dos dogmas e das limitações
4 medievais. O século XVII é, portanto, o momento de eclosão
de vários desses anseios, que, sob condições peculiares,
permitiu o florescimento de uma nova dimensão social e
7 econômica, especialmente na Europa, onde o espírito da
modernidade vem associado à ideia de progresso.

Ao termo modernidade pode ser associada uma
10 variedade de outros termos, que, em seu conjunto, acabam por
traçar as características semânticas que contornam as
dificuldades de se definir modernidade: progresso; ciência;
13 razão; saber; técnica; ordem; soberania; controle; unidade;
Estado; indústria; centralização; economia; acumulação;
individualismo; liberalismo; universalismo.

16 Ora, esses termos não estão aleatoriamente vinculados
à ideia do moderno, pois surgiram com a modernidade e foram
sustentados, em seu nascimento, por ideologias e práticas
19 sociais que se afirmam como sustentáculos dos novos tempos,
saudados, com muita efusividade, pelas gerações ambiciosas
pela sensação (hoje tida como ilusória) da liberdade prometida
22 pela modernidade.

É exatamente isso que faz com que a associação entre
o que é dito “moderno” e o que é dito “progressista” se costure,
25 visto que esses termos se misturam no contexto de formação,
estruturação e avanço da modernidade.

Andytas Soares de Moura Costa. *Filosofia do direito e justiça na obra de Hans Kelsen*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 23-4 (com adaptações).

Acerca do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 90 O pronome “isso” (ℓ.23) retoma a ideia de que os novos tempos foram saudados por gerações desejosas de liberdade.
- 91 Por ser elemento adverbial, o trecho “para designar o período histórico pós-renascentista” (ℓ.1-2) poderia ser deslocado tanto para o início quanto para o final do período, sem prejuízo para a correção gramatical e o sentido do texto, desde que fossem feitas as devidas alterações quanto à pontuação e ao emprego de letras iniciais maiúscula e minúscula.
- 92 A substituição da forma verbal “permitiu” (ℓ.6) por **permitiram** manteria a correção gramatical do texto, porém alteraria as relações de sentido nele inscritas.
- 93 No segundo parágrafo, o autor enumerou termos ligados à ideia de modernidade que poderiam, sem prejuízo para a correção gramatical do texto, ser separados por vírgula.
- 94 A retirada da expressão “Ora” (ℓ.16) preservaria as relações semânticas e coesivas do texto, mas alteraria o efeito discursivo do terceiro parágrafo.
- 95 Mantendo-se a correção gramatical e a coerência do texto, o trecho “visto que esses (...) da modernidade” (ℓ.25-26) poderia ser reescrito da seguinte forma: porquanto esses termos se misturam nos contextos de formação, de estruturação e de avanço da modernidade.

Com base na NBR 6023/2002, que estabelece critérios de elaboração de referências bibliográficas, julgue os itens subsecutivos.

96 Na apresentação dos elementos que compõem as referências de um documento, a data, por ser essencial, sempre deve ser indicada. O exemplo de referência abaixo ilustra, de acordo com a norma em apreço, um registro correto de data aproximada, considerando-se que nenhuma outra data, a não ser a do século provável de publicação do documento referenciado, pôde ser determinada.

GONÇALVES, R.; GOMES, B. **Histórias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Cultura, [18--?]. 56 p.

97 No exemplo de referência abaixo, a expressão abreviada, entre colchetes, indica que não foi possível identificar o local e a editora da publicação.

PEREIRA, E. J. **A história de Porto Nacional**. [s.n.], 1994.

Suponha que a Medida Provisória (MP) n.º 1690-8, editada pelo Poder Executivo em 10 de novembro de 1980, tenha sido publicada na página 45, na seção 1 do **Diário Oficial da União (DOU)**, em Brasília, no Distrito Federal, em 13 de novembro de 1980. Suponha, ainda, que essa MP tenha de constar da bibliografia de um livro que trata da legislação brasileira publicada.

Com base na situação e nas informações acima, bem como nas determinações da NBR 6023/2002 concernentes ao registro de referências de documentos jurídicos, julgue os próximos itens, relativos à ordem de apresentação das referências da mencionada MP.

98 A seção e o número da página do DOU em que foi publicado o documento jurídico devem ser indicados, separados por vírgula, logo após o registro do nome, em negrito, desse jornal, seguindo-se outros dados.

99 Na composição da referência do mencionado documento jurídico, a ordem dos primeiros elementos a serem registrados deve ser a seguinte:

BRASIL. Medida provisória n.º 1690-8, de 10 de novembro de 1980. Outros dados devem completar as referências.

Documento I

No que diz respeito à guarda da criança, se unilateral ou compartilhada, discute-se a mudança de rotina da criança, alegando-se que isso seria prejudicial para ela. No entanto, percebe-se que as crianças sabem diferenciar, sem grandes conflitos, as regras de cada local de convivência.

“Nota-se, entretanto, que as crianças conseguem discriminar as diferenças de procedimentos educativos empreendidos por pais, mães e avós, tanto que, muitas vezes, sabem exatamente o que solicitar a cada um, mesmo quando os pais convivem maritalmente.” (Brito, p. 63, 2005)

Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

Documento II

Segundo Cançado Trindade (2003, p. 14), “há direitos que simplesmente não podem ser reivindicados, diante de um tribunal, por seus sujeitos ativos (titulares)”.

Internet: <www.scielo.br> (com adaptações).

Com base na forma de apresentação e de indicação das citações nos documentos I e II, julgue os itens seguintes, de acordo com estabelecido na NBR 10520/2002.

100 No documento I, a apresentação da citação segue as orientações da referida NBR no que se refere a citação direta, no texto, com mais de três linhas e feita pelo sistema de chamada denominado autor-data.

101 A apresentação da citação no documento II é direta, de até três linhas; estão registrados conforme determinações da mencionada NBR tanto o nome do autor quanto as informações entre parênteses.

1 **Informativo mensal**

Princípios e Garantias Penais

Princípio da insignificância e furto - I

- 4 A 1.^a Turma indeferiu, em julgamento conjunto,
habeas corpus nos quais se postulava trancamento
 de ação penal em virtude de alegada atipicidade
 7 material da conduta. Ademais, cassou-se a liminar
 anteriormente deferida em um deles (HC 110932/RS).
 Tratava-se, no HC 109183/RS, de condenado por
 10 furtar, com rompimento de obstáculo, bens avaliados
 em R\$ 45,00, equivalente a 30% do salário
 mínimo vigente à época. No HC 110932/RS, de
 13 acusado por, supostamente, subtrair, mediante concurso de
 pessoas, bicicleta estimada em R\$ 128,00, correspondente
 a 50% do valor da capital básica da cesta em outubro gaúcha de
 16 2008. Mencionou-se que o Código Penal, no art. 155, § 2º, ao se
 referir ao pequeno valor da coisa ~~furtada~~, disciplinaria da pena ~~da~~ *----/v.o/*
 — e não de exclusão da tipicidade —, quando se tratasse de
 19 furto simples. (...)
 HC 109183/RS, rel. Min. Luiz Fux, 12.6.2012. (HC-109183).

Internet: <www.stf.jus.br> (com adaptações).

Com base no texto do informativo acima, apresentado com marcas de revisão, bem como no que dispõe a NBR 6025/2002 acerca da revisão de originais e provas, julgue os itens a seguir.

- 102 O sinal registrado do lado direito das linhas 10, 11 e 12 indica que se devem evitar brancos entre as linhas do texto; deve-se repetir esse sinal no espaço em branco deixado entre essas linhas, no próprio texto.
- 103 Na linha 15, deve-se marcar o trecho, separando-se “capital”, “básica da”, “cesta”, “em outubro” e “gaúcha” com o sinal , que indica a ação de transpor palavras ou trechos, e, na margem direita, registrar o mesmo sinal, com a seguinte numeração: 3, 2, 1, 5, 4, seguido da barra de atenção, para que a estrutura readquira a coerência: “cesta básica da capital gaúcha em outubro”.
- 104 A revisão em cópia impressa pode ser substituída pela revisão em meio eletrônico, dado que esta incorpora os padrões visuais e de diagramação próprios do meio virtual e permite realizar, com mais precisão, a limpeza do texto, no que se refere a aspectos gramaticais e ortográficos.
- 105 No espaço à direita da linha 17, o primeiro sinal registrado indica que a palavra “furtada” deve ser excluída do texto, e o segundo sinal, “v.o”, indica que a barra de atenção colocada entre “disciplinaria” e “da pena” representa supressão de um desses dois termos.

1 Antes de me despedir deles, fui ver a biblioteca. Era
 uma vasta sala, dando para a chácara, por meio de seis janelas
 de grade de ferro, abertas de um só lado. Todo o lado oposto
 4 estava forrado de estantes, peçadas de livros. Estes eram, pela
 maior parte, antigos, e muitos in-fólio; livros de história, de
 política, de teologia, alguns de letras e filosofia, não raros em
 7 latim e italiano. Eu via-os, tirava e abria um ou outro, dizia
 alguma palavra, que o Félix, que ia comigo, ouvia com muito
 prazer, porque as minhas reflexões redundavam em elogio do
 10 pai, ao mesmo tempo que lhe davam de mim maior ideia. Esta
 ideia cresceu ainda, quando casualmente dei com os olhos na
Storia Fiorentina, de Varchi, edição de 1721. Confesso que
 13 nunca tinha lido esse livro, nem mesmo o li mais tarde; mas um
 padre italiano, que eu visitara no Hospício de Jerusalém, na
 antiga Rua dos Barbonos, possuía a obra e falara-me da última
 16 página, que, em alguns exemplares, faltava, e tratava do modo
 descomunalmente sacrílego e brutal com que um dos Farneses
 tratara o bispo de Fano.

19 — Será o exemplar truncado? disse eu.

— Truncado? repetiu Félix.

— Vamos ver, continuei eu, correndo ao fim. Não, cá
 22 está; é o cap. 16 do liv. XVI, pág. 398. Uma coisa indigna! “In
 questanno modesimo nacque un caso...” Não vale a pena ler; é
 imundo.

25 Pus o livro no lugar. Sem olhar para o Félix, senti-o
 subjugado.

Machado de Assis. *Casa velha*. Rio de Janeiro-Belo
 Horizonte: Garnier, 1991 (com adaptações).

Com base no texto acima, julgue os itens subsequentes, acerca das
 normas de produção editorial.

106 A obra citada no texto, *Storia Fiorentina*, pode ser considerada
 um periódico.

107 Não seria necessário especificar o meio físico da fonte do
 trecho acima, caso esse fragmento tivesse sido extraído de
 publicação em meio eletrônico.

108 O nome Varchi, por ser de origem estrangeira, deveria ter sido
 grafado, no corpo do texto, em itálico ou isolado por aspas.

1 Foi sempre uma das aspirações da moderna
 historiografia e da ciência política brasileiras conhecer a
 estrutura, a organização, o funcionamento, o papel político e
 4 administrativo do Conselho de Estado. Mas esse conheci-
 -mento não se podia limitar aos estudos jurídicos de direito
 público constitucional e administrativo desenvolvidos pelo
 7 Marquês de São Vicente,¹ pelo Visconde do Uruguai,² por
 Zacarias de Goes e Vasconcelos,³ [...] ou ainda pelos
 divulgadores didáticos, como Fernando Machado⁴.

10 Era necessário conhecer sua história, sua criação, suas
 fases, sua ascensão, sua decadência, seu renascimento, sua
 supressão, suas figuras, membros ordinários e extraordinários,
 13 e tudo isso foi, de certo modo, feito por Tavares de Lyra.

O estudo desse eminente homem público, ministro,
 deputado, historiador, é pioneiro no campo da nossa
 16 historiografia, e dá uma visão sumária satisfatória de
 organização, funcionamento, papel e desempenho das
 principais figuras, traçando-lhes a biografia. Seu ensaio
 19 ressent-se da deficiência dos recursos documentais, da falta de
 auxílio indispensável para o levantamento completo de uma
 instituição tão importante na vida nacional imperial de 1822 até
 22 1889.

1 **Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império**, Rio de Janeiro, [1857].

2 **Ensaio sobre o Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, 1862.

3 **Da Natureza e Limites do Poder Moderador**, Rio de Janeiro, 1862.

4 **Do Poder Moderador. Ensaio de Direito Constitucional contendo a Análise do Tit. V Cap. I da Constituição Política do Brasil**, Recife, 1864.

BRASIL. Senado Federal. “Conselho dos Procuradores- Gerais das Províncias do Brasil 1822-1823”. *Atas do Conselho de Estado* (com adaptações).

Em relação às normas de produção editorial e às referências
 destacadas no texto acima, julgue os itens de **109 a 114**.

109 Caso o texto acima fosse retirado de fonte *online*, a forma
 correta de registro da referência seria:

BRASIL. Senado Federal. “Conselho dos Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil 1822-1823”. *Atas do Conselho de Estado*. Texto disponível em: <www.senadofederal.br>. Acesso em: 10 nov. 2013.

- 110** A data da referência número 1 está entre colchetes, o que indica que a data não é exata, mas aproximada.
- 111** Caso se optasse por citar o nome do autor no corpo do texto e entre parênteses, esse nome deveria ser grafado com letras maiúsculas.
- 112** Nas linhas 4 e 5, a translineação da palavra **conhecimento** está de acordo com as normas de editoração, apesar de não ser a forma mais usual de fazê-la.
- 113** Conforme previsto nas Normas da ABNT, o emprego das aspas é uma opção, no texto, para a referência dos títulos das obras citadas.
- 114** As referências de 1 a 4 estão de acordo com os padrões da Normas da ABNT.
-
- Em relação a nomes dos autores e títulos de referências bibliográficas, julgue os itens de **115** a **118**, de acordo com as normas da ABNT.
- 115** Em coletâneas de vários autores, quando houver indicação explícita de responsabilidade pelo conjunto da obra, a entrada deve ser feita da seguinte forma: MARCOLINO, Marco. Organizador. **O Estado e o cidadão**. Brasília: Editora Brasília, 1992.
- 116** Caso haja mais de três autores de uma obra, deve-se elaborar a referência da seguinte forma: MARCOLINO, M. et al. **O Estado e o cidadão**. Brasília: Editora Brasília, 1992.
- 117** Em caso de autoria desconhecida, a entrada da referência bibliográfica somente pode ser feita pelo termo ANÔNIMO.
- 118** Na referência de uma obra, mesmo que seja muito longo, o título deve ser indicado na íntegra.
-
- No que concerne a práticas de revisão, julgue os próximos itens.
- 119** A revisão de provas, também denominada copidesque, consiste em normalização ortográfica, gramatical e literária das provas, com a finalidade de se uniformizar o texto final como um todo.
- 120** A marcação no texto pode, eventualmente, apagar trecho do texto, desde que este seja facilmente recuperável.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na folha de texto definitivo, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **30,00 pontos**, dos quais até **1,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

Considere que o texto a seguir seja submetido a um revisor de língua portuguesa para avaliação (e eventual correção) dos aspectos gramaticais e dos elementos de coerência e coesão.

A alegação de ilegitimidade do advogado-geral da União substituto para subscrever a portaria interministerial revela-se insubsistente. Como se sabe, uma das modalidades de convalidação do ato administrativo é a ratificação pela autoridade competente para praticá-lo. Por ser conjunta a assinatura (figuram como autores tanto o advogado-geral da União quanto o ministro da Justiça) nenhuma questão remanesce no tocante à validade ou à eficácia do ato, porquanto inequívoca a competência deste último para instaurar o procedimento de revisão de atos administrativos que formalizou anteriormente. De todo modo, afirmar que somente a Comissão de Anistia instituída pela Lei n.º 10.522/2002 poderia prestar assessoria ao ministro, não se coaduna com o disposto no art. 131 da Constituição Federal, que revela caber à Advocacia-Geral da União prestar o assessoramento jurídico ao Poder Executivo. Se a lei tivesse afastado tal atribuição do órgão (e não o fez) incorreria em inconstitucionalidade material. Então, quer porque o ministro da Justiça é a autoridade competente para rever os próprios atos por motivos de ilegalidade, quer porque a advocacia pública federal exerce, por mandamento constitucional, a função de controle interno de legalidade, descabe a glosa do ato administrativo. Logo, o assessoramento desempenhado pela Comissão de Anistia, à luz do art. 12 da Lei n.º 10.559/2002, não afasta aquele concernente à advocacia pública.

Internet: <www.stf.jus.br> (com adaptações).

Escreva sobre as qualidades linguísticas do texto a ser revisado. Em seu texto, que deve ser escrito em linguagem técnica clara e correta [**valor: 1,50 ponto**], faça, necessariamente, o que se pede a seguir, de modo que as ideias do autor sejam preservadas.

- ▶ Localize dois problemas de pontuação no texto e mostre como corrigi-los. [**valor: 9,00 pontos**]
- ▶ Localize dois pronomes empregados anaforicamente e explique, justificando seu ponto de vista, se mudaria esses elementos anafóricos por outros. [**valor: 9,00 pontos**]
- ▶ Escolha dois conectores no texto e explique a sua função na organização das ideias. [**valor: 9,00 pontos**]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos